

Falta de representação é uma anomalia

MAURO BORGES

Especial para Folha

Uma das anomalias políticas do País que aguarda solução é com certeza a ausência de representação política no Distrito Federal. O regime militar instaurado em 1964 seguramente adiou quaisquer providências nesse sentido nos últimos 21 anos. A Assembléia Nacional Constituinte, a ser convocada em 1986, por certo vai regular a vida política da Capital da República em todos os pormenores.

Existem dois interesses fundamentais que devem ser resguardados. Um deles deriva da própria razão de ser de Brasília. A nova Capital foi construída para ser sede dos poderes da República. Abriga desta forma os órgãos administrativos da União. O segundo interesse fundamental a ser defendido é composto pelas questões que afetam as comunidades brasilienses. Para que o Distrito Federal desempenhe bem suas finalidades de centro administrativo do País, os interesses comunitários da Capital têm que encontrar boa solução.

Não podemos formular qual será a representação política ideal para Brasília sem analisarmos o desenvolvimento da cidade em seus 25 anos de existência. E não podemos entender o que acontece em Brasília se não estudarmos os problemas que afligem as outras cidades brasileiras. Devemos, enfim, estar atentos à dinâmica de urbanização da sociedade brasileira.

O Brasil tem concentrações urbanas que figuram entre as maiores do mundo. São Paulo e Rio de Janeiro são os dois melhores exemplos do processo de urbanização acelerada que ocorre no País principalmente após a década de 30. Ninguém pode afirmar que qualquer governo tenha tentado controlar ou disciplinar a atividade econômica nas duas maiores cidades brasileiras. O comportamento espontâneo de nossa economia produziu duas áreas urbanas de mais de dez milhões de habitantes. Le Corbusier e outros urbanistas, bem como técnicos da ONU afirmam que as cidades acima de um milhão de habitantes tendem a entrar em rendimento decrescente: quanto maiores, tais cidades passam a ter um custo político, econômico e social mais elevado.

Tais considerações são importantes para nos orientar quanto ao tipo de representação política que deveremos ter para o Distrito Federal. É claro que o tipo de organização política que se promover na Capital do País trará consequências decisivas para o futuro da cidade.

Se quisermos manter a finalidade precípua de Brasília como centro da administração federal, a malha urbana do Distrito Federal deve ser administrada como um todo harmônico. O Plano Piloto e as cidades-satélites devem ter a mesma prioridade quanto à planificação.

Uma das propostas existentes é a transformação do Distrito Federal em mais uma unidade estadual. Respeito todas as idéias que possam surgir. Contudo, estou convencido de que se Brasília for transformada em Estado as cidades-satélites serão municipalizadas. Cada prefeitura correspondente terá autonomia de estabelecer gabaritos para as construções e poderá permitir a instalação de quaisquer indústrias. Ora, sabemos que 52% do orçamento do DF é oriundo de repasses da União. Se houver no DF uma corrida às indústrias, Brasília se perderá como cidade planejada. E a Capital da República se tornará um fardo cada vez mais pesado para a União, se os repasses forem mantidos. Imaginem se o governo federal tivesse que pagar 52% dos orçamentos das cidades brasileiras. Sabemos que não

haveria fundos para tanto. Sabemos também que o comércio e a indústria de Brasília não conseguiriam arcar com 100% do orçamento da capital, como ocorre nas outras cidades brasileiras. Portanto não nos devemos surpreender se as classes empresariais do DF forem contra a transformação de Brasília em Estado.

Que a União seja responsável pela boa qualidade dos serviços da cidade que serve de sede aos Poderes da República é compreensível. Mas permitir a União que sua Capital seja submetida a um crescimento econômico desenfreado é outra coisa completamente diferente.

Não nos devemos esquecer que Belo Horizonte e Goiânia foram cidades planejadas para serem centros administrativos. Belo Horizonte, apesar de construída no início do século, já sofre de todos os males dos grandes centros fundados no período colonial. Goiânia, apesar de contar apenas 52 anos, já envereda pelo mesmo caminho, necessitando de socorros urgentes e ágeis para que possa oferecer à sua população os bens de uma cidade desenvolvida.

E Brasília? A resposta para o futuro da Capital do País está dentro e fora dos limites geográficos do Distrito Federal. A preservação de Brasília reside em um desenvolvimento regional que englobe toda a região geo-econômica do DF. Tal plano de desenvolvimento regional deve ser executado em equipe pelos governos do DF, de Minas Gerais e de Goiás.

Aliás, o desenvolvimento regional integrado é a chave para a solução dos problemas de todas as grandes metrópoles brasileiras.

O planejamento urbano e regional é ação prioritária em todos os países desenvolvidos. Se tal prioridade não for respeitada quanto à Capital brasileira, o DF terá na virada do século mais de três milhões de habitantes, sabe Deus em que condições de vida. Não nos devemos descurar de tais fatos. Brasília exigiu grandes sacrifícios dos brasileiros. É a realização de um sonho de séculos. E desatinos de algumas décadas poderão pô-lo a perder. Não é só Brasília que está ameaçada. Se a Capital Federal ficar ameaçada os poderes da República ficarão reféns de tal ameaça. A Nação inteira ficará encabrestada por uma cidade que ficou ao desamparo.

É importante que o tema proposto pela Folha de S. Paulo (situação do Distrito Federal na nova Constituição) seja debatido em profundidade

por todos os brasileiros e os meios de comunicação. O tipo de representação política que Brasília tiver definirá o seu futuro. E o esboço natural deste debate será a Assembléia Nacional Constituinte, que deverá definir a representação política que terá a Capital da República.

Posso adiantar alguns objetivos que devem ser alcançados. O exercício de plena cidadania pelos habitantes de Brasília é requisito de segurança nacional. Não se deve, contudo, confundir exercício pleno de cidadania política com autonomia política do DF. Os Estados são unidades federadas autônomas e o DF se configura como um "município neutro" (denominação usada no Império), condomínio de todas as unidades federadas do país.

Logo a representação política em Brasília será responsável pelos interesses da cidade em condomínio com os representantes dos interesses da União. Seria um contrasenso entender os interesses comunitários do DF como conflitantes com os interesses da União. A Capital Federal e suas cidades-satélites devem ser dotadas de uma única Câmara de vereadores, que debaterá e fiscalizará os problemas comunitários. O Senado Federal funcionará como Câmara revisora da Câmara de Vereadores.

O DF deveria eleger representantes para a Câmara dos deputados, proporcional à população, e para o Senado Federal, conforme nossa tradição republicana desde os tempos em que o Rio de Janeiro era a Capital Federal.

O governador do DF seria indicado pelo Presidente da República e sujeito à homologação pelo Senado Federal. Aprovado pelo Senado o governador seria submetido ao referendo popular. Consagrado pelo voto popular o governador tomaria posse. Em tal caso a União e o povo de Brasília seriam consultados para aprovar o titular do poder executivo do DF.

Propus emenda constitucional para dotar o DF de representação política conforme o esboço acima descrito. O DF será representado na Assembléia Nacional Constituinte a ser convocada em 1986. É claro que muitos projetos surgirão. E a solução mais adequada acabará por aflorar, definindo com precisão a representação política da Capital da República. O importante é que os grandes órgãos de comunicação do Brasil não penssem que tal debate seja de interesse paroquial. Não é. O DF é uma das grandes prioridades nacionais.

MAURO BORGES, 65, é coronel do Exército R-1 e senador pelo PMDB de Goiás.

